

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS DE RIO BANANAL, LINHARES E SOORETAMA - ES**, CNPJ n. 04.555.625/0001-70, neste ato representado (a) por seu Presidente, Sr(a). **FRANCISCO MAURO POLIDORIO**;

E

**SINDICATO RURAL DE LINHARES**, CNPJ n. 27.837.293/0001-12, neste ato representado (a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). **ANTONIO ROBERTE BOURGUIGNON**;

**SINDICATO RURAL DE RIO BANANAL**, CNPJ n. 00.297.264/0001-59, neste ato representado (a) por seu Presidente, Sr(a). **ERISTEU GIUBERTI JUNIOR**;

**SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE SOORETAMA**, CNPJ n. 02.202.459/0001-01, neste ato representado (a) por seu Presidente, Sr(a). **ISRAEL EWALD**;

**SINDICATO RURAL DE SAO MATEUS**, CNPJ n. 27.998.970/0001-84, neste ato representado (a) por seu Presidente, Sr(a). **RENILTO QUIMQUIM CORREIA**;

**SINDICATO RURAL DE CONCEICAO DA BARRA**, CNPJ n. 27.114.545/0001-85, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). **ELIETTE MARIA DE OLIVEIRA DAHER**, celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023 e a data-base da categoria em 1º de março.

### CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá todos os trabalhadores rurais assalariados nos municípios de Linhares, Rio Bananal, Sooretama, São Mateus e Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo.**, com abrangência territorial em Linhares/ES, Rio Bananal, Sooretama, São Mateus e Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo.

### SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SALÁRIOS

**Dos Salários:** ficam estabelecidos que os pisos das categorias de trabalhadores rurais

assalariados dos Municípios de Linhares, Rio Bananal, Sooretama, Jaguaré, São Mateus e Conceição da Barra, será de:

§ 1º - Para os trabalhadores rurais assalariados, o piso da categoria será de R\$ 1.257,79 (um mil e duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos), mensais;

§ 2º - Para os trabalhadores que laboram na função de embaladores, o salário será de R\$ 1.257,79 (um mil e duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos) e prêmio mínimo de produtividade de R\$ 89,91 (oitenta e nove reais e noventa e um centavos) mensais. Aqueles trabalhadores que faltarem, injustificadamente, por dois ou mais dias dentro do mês de referência perderão a garantia ao prêmio mínimo de produtividade, recebendo apenas, à este título, o que efetivamente produzir, sem prejuízo das advertências e suspensões disciplinares.

§ 3º - Para os trabalhadores que laboram na função de Controlador de Pragas e Doenças, o piso será de R\$ 1.335,44 (um mil e trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), mensais.

§ 4º - Para os trabalhadores que laboram na função de tratorista categoria A, conduzindo tratores até 85HP, R\$ 1.257,79 (um mil e duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos), mensais;

§ 5º - Para os trabalhadores que laboram na função de tratorista categoria B, conduzindo tratores acima de 85HP, R\$ 1.275,43 (um mil e duzentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos) mensais;

§ 6º - Para os trabalhadores que laboram na função de Vaqueiro, R\$ 1.404,86 (um mil e quatrocentos e quatro reais e oitenta e seis centavos) mensais, acrescido do adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento), calculado sobre o salário mínimo, ficando o empregador desobrigado do pagamento se comprovar que não há insalubridade, através de Laudo Pericial.

§ 7º - Para os trabalhadores que laboram na função de Ajudante de Vaqueiro, R\$ 1.257,79 (um mil e duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos) mensais, acrescido do adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento), calculado sobre o salário mínimo, ficando o empregador desobrigado do pagamento se comprovar que não há insalubridade, através de Laudo Pericial;

§ 8º - Para os trabalhadores que laboram na função de motorista A em veículo de até 8.000 (oito mil) quilos, o salário é de R\$ 1.275,43 (um mil e duzentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos) mensais;

§ 9º - Para os trabalhadores que laboram na função de motorista B em veículo acima de 8.000 (oito mil) quilos, o salário é de R\$ 1.478,99 (um mil e quatrocentos e setenta e oito e noventa e nove centavos) mensais;

§ 10º - Os demais trabalhadores terão reajuste de 10% (dez por cento).





**§ 11º** - Os pagamentos serão efetuados aos trabalhadores até o (5º) quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, com o fornecimento no mesmo ato, de comprovante do pagamento contendo identificação do empregador; nome do trabalhador; salário; mês de competência; horas trabalhadas; FGTS devido; e discriminação de todas as parcelas pagas e os descontos efetuados.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUARTA - NORMAS SALARIAIS**

Todo trabalhador rural assalariado que trabalhar em regime de tarefa ou produção terá garantido o piso salarial da categoria, na proporção dos dias efetivamente trabalhados, se não conseguir valor superior naquela modalidade;

**Parágrafo Único:** O pagamento do trabalhador contratado para receber por produção será feito individualmente, não sendo aceito o pagamento somente a um dos membros da família.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA - EXTRA**

### **CLÁUSULA QUINTA - HORAS EXTRAS**

Fica acordado entre as partes que as horas extras trabalhadas de segunda a sexta-feira, no mês, serão levadas a crédito do empregado, a serem compensadas pelo empregador, com folgas e/ou pagamento na forma prevista do artigo 59 da CLT, com alterações promovidas pela Lei 13.467/2017 e Medida Provisória nº 2.164/2001, até a data de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício.

**§ 1º** - As horas extras trabalhadas aos sábados serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do seu valor normal; aos domingos e feriados oficiais serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento) do seu valor normal, nas 8 (oito) primeiras horas de trabalho, e o que ultrapassar as 8 (oito) horas trabalhadas terá além do acréscimo legal, mais 70% (setenta por cento) cujo pagamento será incluído na folha de pagamento do mês de sua realização.

**§ 2º** - As ausências dos empregados, não justificadas legalmente, poderão ser compensadas com os créditos de horas do empregado levado ao Banco de Horas;

**§ 3º** - Os empregadores que têm como ramo de atividade a produção e manuseio de produtos perecíveis, e havendo necessidade de trabalho aos domingos e feriados, para evitar-se prejuízo manifesto, fica desde já autorizado o trabalho nos referidos dias, limitada à adesão espontânea do trabalhador, com realização no máximo de 10 (dez) horas por dia.



§ 4º - As compensações serão feitas (1) uma para (1) uma, com base nas necessidades de trabalho (troca de turno), mediante prévio entendimento entre empregador e empregado (no mínimo 24 horas de antecedência) obedecendo ao disposto nesta Convenção.

§ 5º - Na hipótese de Rescisão de Contrato de Trabalho, haverá quitação dos créditos existentes no Banco de Horas, com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal.

§ 6º - Havendo saldo no Banco de Horas no dia 30 de junho e 31 de dezembro, de cada exercício, este será quitado no mês subsequente.

### **ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

#### **CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

Todo trabalhador que prestar serviços ininterruptos ao mesmo empregador, fica garantido um acréscimo de 2% (dois por cento) por ano trabalhado, até o máximo de 05 (cinco) anos, calculado sobre o salário mínimo vigente, como Adicional de Tempo de Serviço.

**Parágrafo único** - Aqueles trabalhadores que faltarem, injustificadamente, dentro do mês de referência, perderão a garantia ao adicional de que trata o caput, sem prejuízo das advertências e suspensões disciplinares.

### **ADICIONAL NOTURNO**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – ADICIONAL NOTURNO**

Fica estipulado o pagamento do adicional noturno previsto na legislação em vigor, com valor de 25% (vinte e cinco por cento) da hora normal, na forma prevista no art. 73, da CLT e na Súmula 60, do TST.

### **CONTRATO DE TRABALHO ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

#### **CLÁUSULA OITAVA - RELAÇÕES ENTRE TRABALHADOR E EMPREGADOR**

Fica convencionado que no prazo de lei, todos os empregadores farão assinatura nas CTPS dos empregados diretos, recolherão o FGTS, gerará o número de PIS e pagarão Salário Família.

§ 1º - Os empregadores comprometem-se a manter as CTPS's de seus empregados sempre atualizadas, devendo fazer as anotações de férias, aumento de salário, função e demais anotações devidas de acordo com a legislação vigente.





§ 2º - Todo trabalhador rural abrangido pela convenção coletiva terá direito à uma hora de almoço.

## **MÃO – DE – OBRA TEMPORÁRIA/TERCEIRIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA NONA - CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Os empregadores somente utilizarão empreiteiros ou intermediários na contratação de mão-de-obra, se estes tiverem estrutura jurídica e econômica comprovada. Caso não a tenham, a contratação deverá ser efetuada pelo próprio empregador, sob pena de os tomadores de serviço ficarem com todas as responsabilidades trabalhistas e previdenciárias perante os empregados das empresas contratadas (Enunciado 331 do TST).

## **CONTRATO A TEMPO PARCIAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTRATO DE TRABALHO EM REGIME PARCIAL**

Conforme preceitua o art. 58-A, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017, fica instituído por esta convenção, autorizado a contratação de trabalhador rural por contrato de trabalho em regime parcial nos municípios de abrangência deste Convenção, nos termos e condições estabelecidos na legislação vigente.

**Parágrafo Único:** Deverá ser entregue ao SINTRASS a cópia de cada contrato de trabalho, cópia do recibo de pagamento e comprovante do FGTS e INSS até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao pagamento, com pena de nulidade do contrato.

## **OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO**

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, assegurada preferência ao sistema atualmente implantado, devendo ser disponibilizada ao trabalhador, até o momento do pagamento da remuneração referente ao período em que está sendo aferida a frequência, a informação sobre qualquer ocorrência que ocasione alteração de sua remuneração em virtude da adoção de sistema alternativo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTRATO DE PEQUENO PRAZO**

De acordo com o art. 1º da Lei 11.718/2008, fica estabelecida por esta convenção, autorizada a contratação de trabalhador Rural por pequeno prazo nos municípios de abrangência deste Convenção, respeitando, o prazo máximo de 60 dias, dentro do período de 01 (um) ano, sob pena de o contrato tornar-se por prazo indeterminado.



**Parágrafo Único:** Deverá ser entregue ao SINTRASS a cópia de cada contrato de trabalho, cópia do recibo de pagamento e comprovante do FGTS e INSS até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao pagamento, com pena de nulidade do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE**

De acordo com o art. 452-A, da Lei 13.467/2017, fica estabelecida por esta convenção, autorizada a contratação de trabalhador Rural por contrato de trabalho intermitente nos municípios de abrangência deste Convenção, nos termos e condições estabelecidos na legislação vigente.

**Parágrafo Único:** Deverá ser entregue ao SINTRASS a cópia de cada contrato de trabalho, cópia do recibo de pagamento e comprovante do FGTS e INSS até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao pagamento, com pena de nulidade do contrato.

### **RELAÇÕES DE TRABALHO, CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE MÃE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ESTABILIDADE DA GESTANTE**

É assegurada à empregada gestante a estabilidade provisória na forma prevista na Constituição Federal.

### **OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Fica estabelecida a adesão dos Empregadores ao Programa de Alimentação do Trabalhador PAT, obedecido ao disposto na Portaria nº 03, de 01.03.2002, do Ministério do Trabalho e Emprego.

**§ 1º** - Todo empregador fornecerá aos seus empregados no local de trabalho conforme NR-31, água potável, sanitários fixos ou móveis, transporte, abrigos fixos ou móveis e lavatório.

**§ 2º** - Todos os empregadores fornecerão 02 (duas) camisas de manga comprida, uma vez por ano, àqueles que laborem diretamente expostos aos riscos solares e que estejam trabalhando há mais de 90 (noventa) dias.

 **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**





## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSPORTE DE EMPREGADOS**

Os empregadores que fornecem transporte a seus empregados o farão gratuitamente.

**Parágrafo Único:** O transporte de empregados será realizado em veículos de propriedade do empregador ou terceirizado, obedecidas às normas contidas na NR-31.

## **OUTRAS ESTABILIDADES**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ACIDENTE DE TRABALHO**

O empregado em gozo de benefício por acidente de trabalho junto à Previdência Social, não poderá ser dispensado até 12 (doze) meses após o término do benefício.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EPI**

Os empregadores ficam obrigados a fornecerem equipamentos de proteção individual EPI, bem como atender ao previsto na NR-31.

§ 1º - Ao receber o EPI o empregado fica obrigado, sob as penas da lei, a utilizá-lo segundo as normas técnicas.

§ 2º - Em caso de desligamento, o empregado deverá devolver os EPIs fornecidos em perfeitas condições de uso para o EMPREGADOR, resguardado o desgaste natural pelo uso.

§ 3º - Os danos causados aos EPIs serão descontados do EMPREGADO, se por sua culpa.

§ 4º - Todos os trabalhadores rurais assalariados, abrangidos por esta convenção, designados para o trabalho de aplicação de produtos tóxicos, que não sejam eliminados os efeitos insalubres com a utilização de EPIs, receberão adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo, na proporção dos dias em que efetivamente trabalhar com o produto e, se o trabalho nessas condições for superior a 50% (cinquenta por cento), dos dias trabalhados por mês, incidirá o percentual acima sobre o piso da categoria integral.

§ 5º - Todos os funcionários que aplicarem agrotóxico terão que fazer exames médicos periódicos, conforme determinado no PCMO.

## **CIPA- COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS**



## **CLÁUSULA DÉCIMA NOVA - CIPA**

As empresas e/ou fazendas ficam obrigados a constituição da CIPA-TR, devendo encaminhar o Edital de Convocação de Criação ou Eleição ao Sindicato da Categoria com 60 (sessenta) dias de antecedência das eleições, conforme NR-31

## **PRIMEIROS SOCORROS**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - PRIMEIROS SOCORROS**

Os empregadores, no caso de acidente de trabalho, deverá providenciar o transporte do acidentado, que será de forma gratuita, com acompanhamento até o primeiro atendimento, no caso em que, este transporte não oferecer risco à saúde do funcionário, caso em que deverá solicitar transporte por meio dos órgãos públicos competentes, quer seja Corpo de Bombeiros e/ou ambulâncias.

## **RELAÇÕES SINDICAIS** **DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL**

Os empregadores se comprometem a descontar, dos seus empregados, a título de Taxa Negocial o valor equivalente a R\$ 80,00 (oitenta reais) conforme TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA N.º 393/2010 PP 001193.2010.17.000/0, N.º 394/2010 PP N.º 001195.2010.17.0000/0 E N.º 395/2010 PP N.º 00194.2010.17.000-5, e que seja descontado dos trabalhadores não associados para custeio das atividades do Sindicato conveniente, devendo a importância apurada ser recolhida, até o décimo dia do mês subsequente, na forma do § 1º desta cláusula, em formulário próprio, fornecido pelo SINTRASS, cujo pagamento deverá ser efetuado na sede de Linhares- ES, à Rua da Conceição, 368, Centro e sub-sedes de , Sooretama, Rio Bananal, São Mateus e Vila Valério, conforme autorização dos trabalhadores em Assembleias Gerais realizada nos municípios abrangentes desta convenção.

§ 1º - O valor de R\$ 20,00 (vinte reais) deverá ser descontado dos trabalhadores não filiados ao SINTRASS, nos meses de março, maio, agosto, novembro no ano de 2021, e no ano de 2022, será o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) nos meses de março, maio, agosto, novembro no ano de 2022, aos trabalhadores que estão de férias, os descontos serão efetuados no mês seguinte.

§ 2º - No que tange o trabalhador rural safrista o valor da contribuição de que trata esta cláusula será de R\$10,00, para o caso do mês trabalhado coincidir com os meses referidos no parágrafo primeiro.





§ 3º - No caso de discordância individual com o estabelecido no caput desta cláusula, deverá o trabalhador manifestar-se diretamente ao Sindicato da categoria profissional, ou em uma de suas sub-sedes, no período da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho.

§ 4º - Caso o empregador não recolha a na data correta, fica o mesmo na obrigação de pagar uma multa no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor a ser recolhido, acrescido juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração, *pro rata die*.

§ 5º - É vedada a cumulação da multa prevista no § 4º desta cláusula com a multa prevista na cláusula 23ª desta Convenção.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RELAÇÕES SINDICAIS**

Os empregadores destinarão local visível e de fácil acesso aos empregados, para a colocação de um mural a fim de afixarem Editais e Publicações de informações oficiais dos Sindicatos da categoria.

§ 1º - É considerado feriado convencional o dia e *Corpus Christi*.

§ 2º - Fica convencionado, que a critério do empregador, e mediante acordo individual, os dias referente ao período de carnaval (segunda-feira e terça-feira), poderão ser concedidas folgas aos trabalhadores, e que tais dias deverão ser compensados, de acordo com as necessidades do empregador, também mediante a acordo individual, sem necessidade da intervenção do SINTRASS.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**

O empregador que deixar de cumprir a qualquer cláusula desta Convenção, fica sujeito às penalidades abaixo, obedecidas as seguintes condições: 1- comunicação por escrito da Entidade Sindical do trabalhador, concedendo o prazo de 25 (vinte e cinco) dias para regularização da situação; 2- aplicação de multa correspondente a 50,0% (cinquenta por cento) do piso salarial previsto no § 1º, da Cláusula Terceira, por empregado prejudicado, após o prazo previsto no item 1, sendo que o valor apurado será dividido com o sindicato na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada

§ 1º - A multa prevista no caput desta cláusula não se aplica às hipóteses de atraso no pagamento de salários.



§ 2º - É vedada a cumulação de multa prevista no *caput* desta cláusula com a multa prevista no § 4º, da cláusula 21ª desta Convenção.

§ 3º - Aplica-se aos trabalhadores abrangidos por esta convenção o que determina a Súmula 314 do TST que determina: "Indenização Adicional. Verbas rescisórias. Salário Corrigido. Se ocorrer a rescisão contratual no período de 30 (trinta) dias que anteceda à data-base, observada a Súmula n.182 do TST, o pagamento das verbas rescisórias com o salário já corrigido não afasta o direito à indenização adicional prevista nas Leis n. 6.078, de 30 de outubro de 1979 e 7.238, de 28 de outubro de 1984".

## **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PROPOSTA PARA NEGOCIAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA**

O SINTRASS apresentará proposta de revisão da presente Convenção Coletiva de Trabalho com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do prazo da data base, sendo a contraproposta apresentada no prazo de 60 (sessenta) dias subsequentes.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MEDICOS**

Quando a soma das apresentações de atestado médico, mesmo que de forma alternada, seja igual há quinze dias, o empregador será responsável pelo pagamento salarial deste período. Ocorrendo o afastamento por período superior a quinze dias, ainda que alternados, dentro de um prazo de 60 dias, o empregado será encaminhado ao INSS. (Art. 75, §5º, Decreto 3048/99);

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RELAÇÕES ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

Os Diretores do SINTRASS e FEDERAÇÃO poderão visitar os trabalhadores nos locais de trabalho sempre que achar necessário ou solicitado por eles, comunicando aos empregadores, por escrito, o dia que farão a visita, com antecedência mínima de 24 horas.

§ 1º - Na vigência desta Convenção Coletiva os membros da diretoria executiva do SINTRASS serão liberados sem ônus para o mesmo, com a remuneração paga pelo empregador.

§ 2º - Na vigência desta convenção Coletiva de Trabalho os empregadores que tenham empregados exercendo cargos de Dirigentes Sindicais eleitos, como Diretoria Executiva e os Membros do Conselho fiscal, se comprometem a liberá-los, por 01 (um) dia, no período de 90 (noventa) em 90 (noventa) dias, previamente informado pelo SINTRASS a seu empregador, sem prejuízo do seu salário mensal e benefícios, para o exercício de sua atividade sindical. Caso a liberação exceda o prazo, o excesso será suportado pelo



SINTRASS. Estão excluídos desta liberação os suplentes do conselho Fiscal. Caso os titulares da Diretoria Executiva estejam por qualquer motivo impedidos, a liberação se estenderá ao seu suplente.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - HOMOLOGAÇÃO

Todas as rescisões de contrato de trabalho dos empregados rurais assalariados, cujo vínculo exista há mais de 12 (doze) meses, serão homologadas no SINTRASS.

§ 1º - Nas referidas homologações só serão aceitos pagamentos em cheques desde que do próprio empregador ou preposto e se for efetuado até 01h00min (uma) hora antes do encerramento do expediente bancário. Após este horário somente pagamento em moeda corrente no País.

§ 2º - No ato da homologação o empregador apresentará comprovante de pagamento da Contribuição Negocial.

§ 3º - Todas as rescisões de contrato, que vencerem fora dos dias úteis, serão pagas no primeiro dia útil subsequente ao vencido.

§ 4º - Todos empregadores farão as rescisões em 04 (quatro) vias.

§ 5º - O SINTRASS homologará, caso haja interesse, as rescisões com menos de 12 (doze) meses.

§ 6º - No ato da admissão, não será exigido do trabalhador assalariado carta de apresentação.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA

Fica instituído em favor de todos os trabalhadores rurais assalariados abrangidos por esta convenção coletiva de trabalho, o Seguro de Vida em grupo no valor de R\$ 8,85 (oito reais e oitenta e cinco centavos) por cada trabalhador, por mês.

§ 1º - As Empresas deverão contratar apólice de Seguro de Vida em grupo para os seus empregados, compreendendo as coberturas e capitais segurados abaixo descritos.

#### ▲ GARANTIAS E CAPITAIS SEGURADOS

GARANTIAS	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO
Morte	R\$ 8.820,00
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA)	R\$ 8.820,00
Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD) Pagamento Antecipado em caso de Invalidez Funcional Permanente Total em decorrência de Doença. Esta indenização caracteriza a antecipação de 100% da cobertura de Morte.	R\$ 8.820,00

<b>Morte – Cesta Básica – Auxílio Alimentação</b> <b>Quantidade e Valor:</b> 02 cestas básicas no valor de R\$ 200,00 cada uma. <b>Forma de Pagamento:</b> De uma única vez, em forma de indenização.	R\$ 400,00
<b>Auxílio Medicamentos - Decorrente de Acid. Ocorrido em horário de trabalho (AM)</b> <b>Forma de Pagamento:</b> Reembolso até o limite do capital segurado.	R\$ 150,00
<b>Morte - Inclusão Automática de Cônjuge</b>	R\$ 1.680,00
<b>Morte - Inclusão Automática de Filhos</b> Garante ao Segurado Titular o pagamento de uma indenização, de acordo com o valor do capital segurado contratado para esta garantia, em caso de falecimento de algum dos seus filhos dependentes, quando este ocorrer dentro do período de cobertura, <b>exceto se decorrente dos riscos excluídos constantes nas Condições Gerais que regem este seguro.</b> <b>Forma de Pagamento:</b> O pagamento será feito através de Indenização para óbitos de maiores de 14 anos e para os filhos menores de 14 anos será devido o pagamento em forma de reembolso das despesas com funeral conforme Condições Gerais do contrato de Seguro.	R\$ 1.680,00
<b>Diárias de Internação Hospitalar - UTI (DIH – UTI)</b> Decorrente de acidente pessoal coberto. <b>Limite de Diárias:</b> 03 diárias no valor de R\$ 500,00 cada uma. <b>Franquia:</b> 01 dia. <b>Forma de Pagamento:</b> De uma única vez, em forma de indenização.	R\$ 1.500,00
<b>Diárias de Incapacidade Temporária – Cesta Básica – Afastamento por Acidente (DIT – Cesta)</b> <b>Limite de Diárias:</b> 02 cestas no valor de R\$ 200,00 cada uma. <b>Franquia:</b> 15 dias. <b>Forma de Pagamento:</b> A partir do 16º dia de afastamento e devidos quando se completar 30 dias a partir desta data, em forma de indenização, pago diretamente ao Segurado Principal.	R\$ 400,00
<b>Cesta Natalidade Básica</b> – Ocorrendo o nascimento de filho(s) do(a) funcionário(a) o(a) mesmo(a) receberá <b>DUAS CESTAS-NATALIDADE</b> , caracterizadas como um KIT MÃE e um KIT BEBÊ, com conteúdos específicos para atender as primeiras necessidades básicas da beneficiária e seu bebê, desde que o comunicado seja formalizado pela mesma até 90 (noventa) dias após o parto.	SIM
<b>Morte – Assistência Funeral Segurado Titular, Cônjuge e Filhos dependentes do Imposto de Renda.</b> <b>Forma de Pagamento:</b> O beneficiário do Segurado Titular, Cônjuge e Filhos dependentes do Imposto de Renda, poderão optar pela utilização da prestação de serviços de assistência funeral em caso de falecimento do Segurado Titular e/ou Dependente, ou, pelo pagamento da Indenização em forma de reembolso prestado pela Seguradora, limitado ao valor máximo de indenização correspondente a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). <b>Prestação de Serviços:</b> A Assistência será prestada por empresa de Serviços credenciada pela Seguradora, exclusivamente contratada para <b>prestar o atendimento</b> conforme Condições Gerais da Apólice deste Seguro. <b>Plano Familiar – Padrão STANDARD.</b>	R\$ 4.000,00

**A cobertura de Morte e Indenização Especial por Acidente acumula-se.**



§ 2º - Para contratação da Seguradora, a empresa poderá optar pela indicação dos sindicatos Patronal e Profissional.

§ 3º - O empregado será responsável pelo pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor do prêmio que é R\$ 8,85 (oito reais e oitenta e cinco centavos), ou seja, R\$ 4,425 (quatro reais e quarenta e dois e meio centavos).

§ 4º - As empresas manterão aos empregados em gozo de auxílio doença ou acidentário, no seguro de vida, limitado ao período de vigência desta norma coletiva.

§ 5º - As empresas providenciarão cópia da apólice e entregarão aos empregados, desde que solicitados pelo mesmo, por escrito.

§ 6º - Toda e qualquer contratação de seguro novo ou renovação de apólice vigente, a partir de 01/03/2022, deverá se adequar às novas coberturas e capitais informados. As apólices vigentes terão até o mês de Março de 2022 para se adequarem a nova modalidade de seguro de vida para os empregados.

§ 7º - Ficam as Empresas isentas de responsabilidade se não contratarem seguro de vida em função do limite de idade (se houver), impostas pelas seguradoras.

§ 8º - As empresas que tenham até 04 (quatro) empregados, deverão pagar, anual em duas parcelas, o Seguro de Vida previsto no *caput* desta cláusula.

§ 9º - O benefício concedido nesta cláusula não abrange os trabalhadores em contrato de safra, contratados sob o regime da Lei 11.718/2008, o contrato de trabalho intermitente e o contrato por regime parcial.

§ 9º - Os empregadores que possuírem empregados da categoria descrita nos § 8º e § 9º, da Cláusula Terceira, poderão optar por celebrar contrato de seguro específico conforme Lei nº 13.103/2015.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA**

As empresas fornecerão para os seus empregados, assistência médica e odontológica familiar co-participativo tanto na parte médica quanto na parte odontológica, devidamente regulamentado na ANS e ou CRM e CRO. O valor será de 16,00 (dezesesseis reais) mensais por família, sendo que a empresa irá arcar com o valor de R\$ 8,00 (oito reais) por funcionário e os outros R\$ 8,00 (oito reais) será descontado em folha de pagamento do funcionário.

§ 1º - Os benefícios desta proposta são extensivos aos dependentes legais dos associados:  
Casado (a): esposo (a) e filhos menores de 21 anos solteiros;  
Solteiro (a): pais e irmãos menores de 21 anos solteiros.

### **A) Assistência Médica Familiar:**



- Até 85% de benefício em consultas médicas, laboratórios, exames de imagem, psicólogos, psicanalistas, óticas.

**B) Benefícios exclusivos para o Titular:**

Tratamentos odontológicos com benefício de 100%:

- Profilaxia (limpeza);
- ATF (aplicação tópica de flúor);
- Restauração em resina classe I.

Obs.: A Profilaxia não inclui remoção de tártaro.

**C) Assistência Odontológica familiar Economic Apart Salas.**

✓ **Assistência Odontológica:**

- ✓ Benefício de até 50% sobre uma tabela compatível ao preço de mercado.
- ✓ Parcelamento do tratamento.
- ✓ Atendemos nas seguintes áreas: prevenção, odontopediatria, dentística, endodontia, periodontia, cirurgia, prótese e implante.

✓ **Assistência Ortodôntica:**

- ✓ Aparelhos ortodônticos importados. Os primeiros 6 meses de contrato o aparelho é grátis. Manutenção com até 50% de benefício.

§ 2º - O benefício concedido nesta cláusula não abrange os trabalhadores em contrato de safra, contratados sob o regime da Lei 11.718/2008, o contrato de trabalho intermitente, o contrato por regime parcial e o contrato de experiência.

§ 3º - O presente acordado passará a vigorar a partir de 01.04.2021.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS**

A cessão gratuita pelo **EMPREGADOR**, de moradia, luz, água, leite, lenha e outras vantagens, assim como, bens destinados à produção para sua subsistência e de sua família, não integram o salário do **EMPREGADO**, independente de contrato escrito e notificação ao SINTRASS, nos termos do § 5º do art. 9º, da Lei nº 5.889, de 08/06/73.

§ 1º - Os empregadores concederão por ocasião do início do ano letivo, um adiantamento de até 30% (trinta por cento) do salário base do empregado que o solicitar, desde que ganhe até dois salários mínimos, para fins de aquisição de material escolar, com desconto em até três vezes sem acréscimos, aos empregados com filhos estudantes até o segundo grau.

§ 2º - O benefício concedido nesta cláusula não abrange os trabalhadores em contrato de experiência, contrato de safra e contratados sob o regime da Lei 11.718/2008.

§ 3º - Em caso de rescisão contratual, o desconto do adiantamento será efetuado com a



antecipação das parcelas vencidas e vincendas, que por ventura não tenham sido descontadas.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO**

Fica eleito o TRT da 17ª Região, para dirimir quaisquer assuntos e/ou cláusulas do pacto ora firmado.

Linhares/ES, 16 de fevereiro de 2022.



**FRANCISCO MAURO POLIDÓRIO**

Presidente

**SINDINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS DE  
LINHARES, RIO BANANAL, SOORETAMA, JAGUARE, SÃO MATEUS**



**ANTONIO ROBERTÉ BOURGUIGNON**

Presidente

**SINDICATO RURAL DE LINHARES**

**ERISTEU GILBERTI JÚNIOR**

Presidente

**SINDICATO RURAL DE RIO BANANAL**

**ISRAEL EWALD**

Presidente

**SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE SOORETAMA**

**RENILTO QUIMQUIM CORREIA**

Presidente

**SINDICATO RURAL DE SÃO MATEUS**

**ELIETTE MARIA DE OLIVEIRA**

Presidente

**Sindicato Rural de Conceição da Barra**